

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS DE MONTE ALTO - ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, Nº 230, Centro - CEP 46.460-000 CNPJ 13.982.590/0001-47

LEI N°. 770 DE 2 DE SETEMBRO DE 2025.

"Dispõe sobre Licença-prêmio dos servidores municipais, e estabelece outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMAS DE MONTE ALTO, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

- **Art. 1º** Fica a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, autorizada a elaborar escalas dos servidores municipais interessados em usufruir licença-prêmio.
- § 1°. A escala de que trata o caput deste artigo não poderá exceder 4% (quatro por cento) do total de servidores por categoria profissional que atuam no Município, por cada exercício.
- § 2°. Os servidores públicos municipais interessados em usufruir licença-prêmio deverão protocolar requerimento na Secretaria Municipal de Administração e Finanças entre os dias 02 de outubro e 30 de novembro de cada exercício.
- § 3º. Será constituída comissão administrativa para avaliação dos pedidos de licença prêmio.
- § 4°. A Administração Pública Municipal terá o prazo de 01 de dezembro a 15 de janeiro para apreciação dos pedidos.
- Art. 2º Para concessão de licença prêmio, deverão ser observados os seguintes critérios:
- I maior tempo de serviço no Município;
- II maior idade;
- III em continuidade à licença de gestação.
- **Art. 3º** O servidor somente poderá afastar-se das suas funções, após autorização da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
- **Art. 4º** Os servidores de que trata esta Lei somente poderão usufruir de um período de licençaprêmio concedida, por cada exercício.





QUINTA•FEIRA, 04 DE SETEMBRO DE 2025 • ANO XIII | Nº 2473



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS DE MONTE ALTO - ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, N° 230, Centro - CEP 46.460-000 CNPJ 13.982.590/0001-47

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Palmas de Monte Alto-BA, através de Portaria.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMAS DE MONTE ALTO - BA, em 2 de setembro de 2025.

Marcos Túlio Laranjeira Rocha
Prefeito do Município de Palmas de Monte Alto







PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS DE MONTE ALTO - ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, Nº 230, Centro - CEP 46.460-000 CNPJ 13.982.590/0001-47

LEI N°. 771 DE 2 DE SETEMBRO DE 2025

"Cria Escola de Educação Musical no município de Palmas de Monte Alto – Bahia e estabelece outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PALMAS DE MONTE ALTO**, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado a Escola de Educação Musical no Município de Palmas de Monte Alto – Bahia com o objetivo de apoiar e fomentar a atividade musical, através das ações especificadas nesta Lei.

Parágrafo único. A Escola Municipal de Música será denominada de Escola de Educação Musical José Ribeiro dos Santos.

- **Art. 2º** A Escola de Educação Musical tem como prioridade o oferecimento de cursos de instrumentos musicais e prática oral para crianças, adolescentes e jovens do município.
- **Art. 3º** A Escola Educação Musical que esta lei se refere terá como principal meta a formação musical, mediante as seguintes diretrizes:
- I acesso à formação musical;
- II promover a educação musical como forma de socialização e profissionalização;
 III cooperação com a divulgação e democratização.
- Art. 4º São objetivos principais da Escola Educação Musical:
- I transmitir conteúdos didáticos que possibilitem a apropriação pelos alunos da linguagem musical como prática e como objeto de estudo;
- II desenvolver conhecimentos, habilidades e competências práticas e teóricas na área musical que garantam a opção de um aprimoramento profissional na música;
- III estimular, a partir da música, o desenvolvimento afetivo, físico, cognitivo, pessoal, familiar e comunitário dos alunos;
- IV permitir o exercício da imaginação, da criatividade e da criação, com atenção às diferentes aptidões de cada aluno e com o incentivo à troca de experiências musicais, a partir do diálogo, da tolerância e do trabalho em equipe.
- **Art. 5º** A Escola Municipal de Música, para atender seus objetivos, poderão contemplar as seguintes atividades:
- I Iniciação musical e musicalização infantil;
- II Canto Coral
- III -Teoria Musical:
- IV Prática de instrumento nas modalidades: violão, teclado, flauta doce, filarmônica e fanfarra.







PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS DE MONTE ALTO - ESTADO DA BAHIA

Praça da Bandeira, N° 230, Centro - CEP 46.460-000 CNPJ 13.982.590/0001-47

- **Art. 6º** Para efeito de organização pedagógica, os alunos serão incorporados e divididos em grupos e turmas, tendo como critérios para tal organização aspectos como: a) idade;
- b) nível de conhecimento musical;
- c) disponibilidade de horários.
- **Art. 7º** A Escola de Educação Musical deverá funcionar em horário de contraturno das atividades curriculares, cabendo à Secretaria Municipal de Educação estabelecer seus horários exatos de funcionamento.
- **Art. 8º** Os alunos da Escola de Educação Musical farão apresentações em datas cívicas festivas e festivais de música municipais, estaduais e nacionais, ou quando for de interesse da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
- **Art. 9º** A Escola de Educação Musical é parte da estrutura administrativa e organizacional da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Palmas de Monte Alto, devendo consignar em seu orçamento verbas destinadas para a garantia de suas atividades, bem como destinar espaços físicos adequados ao seu funcionamento.
- **Art. 10**. Para implementação da Escola de Educação Musical, inclusive para aquisição ou cessão de instrumentos musicais e para contratação de professores, fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar parcerias ou convênios com organizações Sociais de Cultura, Organizações da Sociedade Civil, Escolas de Música públicas e privadas e Conservatórios públicos e privados de música e Universidades públicas e privadas.
- Art. 11. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.
- **Art. 12**. Os casos omissos ou complementares serão regulamentados por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Municipal.
- Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmas de Monte Alto/BA, em 2 de setembro de 2025.

MARCOS TÚLIO LARANJEIRA ROCHA Prefeito Municipal



